



Reunião de Câmara de 18-01-2018

Rejeitada com a seguinte votação: **A Favor (3)**
– (2PCP + 1BE); **Contra (14)** – (6PS + 2IND +
4CDS/PP + 2PPD/PSD).

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Moção: 2 /2018

Pela rejeição da concessão do Teatro Maria Matos

Após a sessão da Assembleia Municipal de Lisboa de 16 de Janeiro de 2018, e com base no debate de atualidade solicitado pelo PCP, reiteramos a nossa posição de rejeição da concessão do Teatro Maria Matos.

1. Rejeitamos a ideia de que a concessão do Teatro Maria Matos é um facto consumado, tal como foi veiculada pelo Presidente Fernando Medina na Assembleia Municipal de 16 de Janeiro de 2018. O que queremos discutir não é o ‘formato de concessão do Maria Matos’- como propôs o Presidente na mesma Assembleia Municipal, o que queremos discutir é o que está a montante: a decisão desta tomada de posição de ceder um teatro municipal para fins comerciais sem que se conheçam bases objectivas, dados, e sem discussão ou informação dentro dos órgãos camarários, onde foram recentemente submetidos e votados os documentos de orientação estratégica da EGEAC para 2018 - **onde não consta esta decisão.**

2. Defendemos a gestão pública do teatro Maria Matos e a rejeição da concessão a privados com fins lucrativos de um património municipal alvo de um enorme investimento público nos últimos 10 anos - na requalificação do seu espaço, nas condições técnicas e na formação da sua equipa, criação de públicos e inscrição em redes nacionais e internacionais. As duas últimas decisões de concessão na rede de teatros municipais – Capitólio e Maria Matos – vão claramente no sentido de acrescer espaços camarários a uma ‘rede de teatros comerciais’, conforme explicitou a Vereadora Catarina Vaz Pinto a entrevista ao Público de 17 de Dezembro de 2017 – *“o Maria Matos terá um modelo de programação bastante diferente, com carreiras mais longas e uma maior preocupação de captação de público, para ser rentável. Toda a exploração do teatro vai ser deixada na mão da entidade que ganhar o concurso”(…)* O modelo será o do Capitólio (cuja gestão está entregue à agência Sons em Trânsito) – *vamos arrendar o espaço a uma entidade, na perspectiva de uma empresa de produção mais do que uma companhia ou um director artístico, e que irá explorar o teatro com base num programa avaliado em sede de concurso. Mas será mais vocacionado para espectáculos de grande público, que vivem da bilheteira e de alguns patrocínios*”. Do que se trata é de abdicar da pluralidade cultural que só a gestão pública pode garantir, por não estar subordinada às lógicas comerciais.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

3. Exigimos uma discussão pública sobre a rede de teatros municipais, uma vez que esta medida contou com uma forte rejeição pública, nomeadamente na manifestação cívica que emergiu e que culminou na entrega na Assembleia Municipal da petição: 'Por uma gestão pública do Teatro Maria Matos' com mais de 2500 subscritores – incluindo importantes agentes do panorama cultural - começa a ser difícil legitimar as decisões políticas desta vereação, exigindo-se no mínimo uma discussão pública sobre esta matéria.

Assim, os Vereadores do PCP propõem que a Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária em 18 de Janeiro de 2018, delibere:

1. Rejeitar a concessão do Teatro Maria Matos a entidade privada;
2. Que a Câmara Municipal de Lisboa mantenha o Teatro Maria Matos na sua esfera de responsabilidade.
3. Que mantenha em actividade o projecto cultural que fundou, integrando-o numa estratégia que contemple a produção e fruição cultural em plenas condições e ao serviço de toda a população.

Lisboa, 18 de Janeiro de 2018

Os Vereadores do PCP,

Carlos Moura

Ana Jara